

A CENSURA COMO FACTOR DE FORMAÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO SALAZARISMO: O CASO DO
NOTICIÁRIO SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL
NA IMPRENSA (1933-1935)¹

*Manuel Baião**

1. Introdução

A historiografia portuguesa tem considerado secundária a política externa do Salazarismo até à eclosão da guerra civil espanhola². José Medeiros Ferreira defendeu que “entre 1928 e 1932 e mesmo entre 1932 e 1936 não se conhecem grandes decisões de Salazar em matéria de política externa. Seria a Guerra Civil de Espanha que daria ao novo ditador a oportunidade para se afirmar nas questões internacionais”³. De facto, o novo regime deu prioridade à resolução dos problemas internos nos primeiros anos de estruturação do Salazarismo⁴. O Estado Novo deu continuidade a um elemento quase sempre estrutural da nossa política externa, – “uma certa atitude de automarginalização do centro europeu dos contenciosos internacionais”⁵.

Havia no entanto, sérios motivos de inquietação na cena internacional que preocupavam o regime. A implantação da II República em Espanha foi certamente o acontecimento que maiores problemas causou ao regime português antes de 1936⁶. A crescente afirmação do fascismo italiano e especialmente do nazismo mereceram uma atenção especial, num período em

¹ Uma primeira versão deste estudo foi elaborada em 1996 no âmbito do Seminário de História da Europa (séc. XX), do Mestrado em História dos séc. XIX e XX (secção do séc. XX), da FCSH/Universidade Nova de Lisboa, sob a direcção do Prof. Dr. José Medeiros Ferreira.

* (CIDEHUS, Universidade de Évora)

² Cf., Fernando Rosas, (1994), p. 295.

³ José Medeiros Ferreira, (1993), p. 138.

⁴ Cf., Fernando Rosas, (1994), p. 295.

⁵ Fernando Rosas, (1994), p. 295.

⁶ Cf. César Oliveira (sd); Luís Farinha, (1995).

que se volta a falar de uma nova divisão das colónias africanas. Por outro lado, a União Soviética e a difusão da ideologia bolchevista eram outros sérios motivos de preocupação.

O controlo da informação desempenhou um papel fundamental na formação e consolidação do Estado Novo. Salazar tinha plena consciência da importante função que estava destinada aos Serviços de Censura, chegando a afirmar que “politicamente só existe o que o público sabe que existe”⁷. O presente estudo pretende analisar a intervenção da censura no noticiário de política internacional na imprensa entre Dezembro de 1933 e Março de 1935⁸. Através desta investigação poder-se-á identificar indirectamente, as inquietações e motivações do regime face aos temas internacionais, que o levam a intervir na imprensa através da censura impedindo a divulgação de determinadas notícias. A censura ao noticiário internacional ganhou também uma dimensão diplomática, pois o governo ficava co-responsável pelas notícias veiculadas pelos meios de comunicação portugueses, o que levou a alguns embaraços devido aos protestos das embaixadas e legações estrangeiras que se sentiram maltratadas pela forma como os jornais portugueses tratavam os assuntos dos seus países.

A fonte principal utilizada no nosso estudo é o boletim semanal enviado pela Direcção Geral dos Serviços de Censura da Zona Sul – Lisboa, ao Ministro do Interior. Este relatório resumia todas as notícias censuradas na região de Lisboa, Sul de Portugal continental, Açores e Madeira (veja-se o anexo II). Foi ainda estudada outra documentação depositada no Arquivo do Ministério do Interior para o mesmo período, bem como as fontes publicadas pela Comissão do Livro Negro do Fascismo⁹. Seria interessante confrontar as notícias censuradas com as que foram publicadas de facto. Poder-se-ia perceber melhor a “lógica” da censura e o género de notícias publicadas que o regime pretendia dar a conhecer à opinião pública. Contudo, neste estudo não foi possível fazer uma investigação exaustiva nesse sentido. Foram con-

⁷ Oliveira Salazar, (1939), p. 259 [discurso de Oliveira Salazar na Sede da Propaganda Nacional, no acto da sua inauguração, em 26 de Outubro de 1933].

⁸ A escolha deste período deveu-se quase exclusivamente, ao facto de existir uma série de relatórios homogéneos para este período da Direcção Geral dos Serviços de Censura da Zona Sul (Lisboa) depositados no Arquivo do Ministério do Interior – ANTT. Nestes relatórios são identificados os artigos censurados nessa Zona, indicando-se o seu título, o nome do jornal, o autor, a data, uma pequena síntese da notícia, e por vezes o motivo do corte. Para este estudo apenas foram consideradas as notícias internacionais, tendo sido analisados 1117 artigos censurados. Com base nestes artigos foi construída uma base de dados, a partir da qual se relacionaram diversas variáveis.

⁹ Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1980), 2 Vols.

sultados pontualmente para o período em análise, os jornais *República*¹⁰, *Diário de Notícias*¹¹, *O Diabo*, *Diário de Lisboa*, *A Voz* e o *Novidades*.

A bibliografia respeitante à censura na imprensa em Portugal está muito limitada à análise normativa, já que grande parte da documentação respeitante aos serviços de censura anteriores a 1955 foi inutilizada¹². Pretendemos com esta investigação abrir outras vias de trabalho sobre o papel da censura durante o Estado Novo e sobre a sua percepção da política internacional.

2. Os Diplomas Normativos

O início efectivo da censura em 22 de Junho de 1926 não teve origem em nenhum diploma legal. O governo do general Gomes da Costa fez publicar uma nota nos jornais informando que «por ordem superior» se iniciava a censura à imprensa. Parecia que esta medida seria efémera e excepcional, enquadrada num período revolucionário onde as garantias constitucionais foram suspensas. Não obstante, logo a partir dos primeiros dias do início do regime de censura começaram “a desenhar-se os contornos da futura instituição: na fluidez das disposições, nos contactos paralegais na falta de clareza das matérias a cortar a na proibição do espaço em branco, verdadeira inovação face à prática anterior da censura de guerra e, mesmo da censura sidonista”¹³.

Pressupunha-se que “estando suspensas as garantias constitucionais”, a censura seria uma “medida transitória”¹⁴. De facto, as várias leis de imprensa publicadas pela Ditadura Militar não previam a censura. O Decreto 11839 de 5 de Junho e o decreto 12008 de 29 de Julho de 1926 referem claramente que “a todos é lícito manifestar livremente o seu pensamento por meio da imprensa, independentemente de caução ou censura e sem necessidade de autorização ou habilitação prévia”¹⁵.

¹⁰ A *República* era um dos poucos jornais de âmbito nacional que defendia os valores republicanos e democráticos (embora de cariz conservador, e talvez por isso fosse tolerado).

¹¹ O *Diário de Notícias*, próximo do regime, “era o reflexo fiel das nuances, das oscilações, das particularidades da política governamental nos vários domínios” (Fernando Rosas, (1988), p. 137).

¹² O Director Geral da Informação deu ordem no dia 18 de Dezembro de 1970 (Circular n.º 18), para que toda a documentação anterior a 1955 fosse inutilizada (António Tavares Proença, (1992), Vol. I, pp. 25 e 29), o que tem dificultado bastante a investigação sobre a censura neste período fora do âmbito normativo.

¹³ Graça Franco, (1993), p. 68.

¹⁴ Alberto Arons de Carvalho, (1973), p. 68.

¹⁵ Decreto 12008 de 29 de Julho de 1926.

A censura enquanto medida de excepção e sem base legal clara, permanecerá até ao fim da Ditadura Militar. A Constituição de 1933 embora estipule “a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma”¹⁶ como constituindo um direito e garantia individual fundamental dos cidadãos portugueses, prevê, no entanto, que “leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão de pensamento, (...) devendo, (...) impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social, e salvaguardar, a integridade moral dos cidadãos”¹⁷.

O novo regime saído da constituição de 1933 deu certamente uma enorme importância à censura, uma vez que o diploma legal que institui a censura data do próprio dia da constituição. É o decreto-lei n.º 22469 de 11 de Abril de 1933. A censura tinha como principal objectivo “impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”¹⁸. A Censura que até esse momento estava dependente do Ministério da Guerra passa para a alçada do Ministério do Interior.

3. A estrutura orgânica dos serviços de censura

Desde 1926 os serviços de censura foram aperfeiçoando os procedimentos e crescendo em número de funcionários, delegações e atribuições. Através deste organismo administrativo o governo mandava exercer, à escala nacional, as suas decisões no âmbito das operações de censura¹⁹.

Como referimos anteriormente, os serviços de censura ficaram subordinados ao Ministério do Interior na sequência do Decreto n.º 22469²⁰, que instituiu “legalmente” a censura. Esta reestruturação insere-se numa reformulação maior que os serviços de censura vinham sofrendo desde o início de 1933, assim como outros organismos estatais para a institucionalização do Estado Novo.

O Director Geral dos serviços de censura à imprensa Álvaro Salvação Barreto, tinha constatado numa circular datada de 4 de Novembro de 1932 e enviada a todas as delegações dos serviços de censura, o seguinte:

¹⁶ Constituição Política de 11 de Abril de 1933, Parte I, Título II, art. 8.º, n.º 4.

¹⁷ Idem, § 2.

¹⁸ Art. 3, Decreto-Lei 22469 de 11 de Abril de 1933.

¹⁹ Cf., António Tavares Proença, (1992); Joaquim António Cardoso Fialho Gomes (1997).

²⁰ De 11 de Abril de 1933.

“Não posso afirmar que o serviço de censura na província é perfeito. Está mesmo longe disso. Nota-se nesta Dir. Geral a falta de uniformidade no critério adoptado na apreciação da matéria que pelos Jornais é apresentada às Delegações. A par do rigor excessivo usado em algumas verifica-se uma benevolência incompreensível em outras e de tal ordem que pode dizer-se, sem receio de errar, que não cumprem a missão que lhes foi distribuída. Não é difícil encontrar as causas desta diversidade de procedimento, e procurando-as para as corrigirmos convenientemente teremos assegurado a eficiência ao nosso esforço.

Classifico essas causas em três grupos principais:

- a) Influência do meio que absorve o sentido de uma justa apreciação;
- b) Ausência de ligação com esta Dir. Geral e com as restantes Delegações;
- c) Características pessoais de independência que se cifram na incompreensão de serviço.

O simples enunciado destas causas fixa tacitamente o procedimento a usar para corrigir o estado actual de coisas²¹.

A reorganização da censura foi aprovada pelo Ministério da Guerra e anunciada pela circular de 23 de Dezembro de 1932. Entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1933²² tendo como objectivos prioritários: uniformizar, centralizar e subordinar todos os serviços de censura às directivas emanadas do governo da ditadura por intermédio da Direcção Geral dos Serviços de Censura tendo sempre por colaboração os Governos Civis. Para evitar a diversidade de procedimento “as delegações procurarão por todos os meios ao seu alcance estabelecer ligações frequentes com esta Dir. Geral a as delegações vizinhas, única forma de evitar as transcrições de artigos mal censurados, ou a publicação daqueles que procuram a luz da publicidade nas delegações desatentas ou mal orientadas²³. Os Serviços de Censura seriam constituídos a partir desse momento por uma Direcção Geral à qual estavam subordinadas as comissões das Zonas Norte, Centro e Sul e que por sua vez controlavam as delegações na província. Uma maior responsabilização das comissões das zonas e uma maior ligação entre todos os organismos evitariam as deficiências atrás apontadas pelo Director dos Serviços de Censura.

²¹ Circular da Direcção Geral dos Serviços da Censura à Imprensa, 4 de Novembro de 1932. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1980), Vol. I, p. 28.

²² António Tavares Proença, (1992), p. 82; Joaquim António Cardoso Fialho Gomes (1997), pp. 54-56.

²³ Circular da Direcção Geral dos Serviços da Censura à Imprensa, 4 de Novembro de 1932. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1980), Vol. I, p. 28.

As três comissões de zona para além das atribuições normais das delegações tinham as seguintes atribuições:

“1) Correção e despacho respectivamente de cortes e suspensos recebidos das delegações, os primeiros a remeter à Direcção Geral e os segundos a devolver às Delegações; 2) Registo, em resumos elucidativos, dos cortes feitos nas publicações censuradas na sede da comissão de censura e bem assim dos mais importantes recebidos das Delegações²⁴; 3) Registos dos exemplares dos jornais recebidos directamente na Comissão de Censura e dos que eram enviados pelas Delegações (...). 4) Remessa à Direcção Geral, aos Sábados – “impreterivelmente” – das provas com cortes feitos na própria comissão e dos recebidos das Delegações uns e outros correspondentes à semana finda na quinta-feira anterior, acompanhados de um relatório sobre os mesmos cortes (...) que seriam distribuídos por capítulos e (...) alíneas, conforme o modelo seguinte:”²⁵

I – Questões de ordem social

- A) Noticiário – 1.º Em Portugal; 2.º No Estrangeiro
- B) Propaganda e combate

II – Questões de ordem política e administrativa

- A) Política Internacional
- B) Política Nacional – 1) Ministério do Interior; 2) Ministério da Justiça; 3) Ministério das Finanças; 4) Ministério da Guerra; 5) Ministério das Colónias; 6) Ministério dos Estrangeiros; 7) Ministério das Obras Públicas e Comunicações; 8) Ministério da Instrução; 9) Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura

III – Questões de ordem religiosa

IV – Questões não classificadas²⁶

Estes relatórios seriam redigidos como atrás foi referido semanalmente e entregues através da Direcção Geral dos Serviços de Censura ao Presidente da República e a todos os Ministros²⁷. Os Serviços de Censura eram um

²⁴ São estes registos que fundamentalmente utilizamos neste trabalho para caracterizar a censura aos temas internacionais.

²⁵ António Tavares Proença, (1992), p. 90.

²⁶ Modelo elaborado com base nos boletins analisados.

²⁷ O relatório mais antigo encontrado até ao momento é o n.º 11, de 29 de Maio de 1932, presumindo-se que a sua feitura se tenha iniciado em meados de Março. No entanto, só a partir do início de Dezembro de 1933 é que é possível encontrar uma série de relatórios homogéneos para a Zona Sul, sem falhas, até 14 de Março de 1935, data em que o boletim passou a diário. Com a passagem a diário volta-

instrumento fundamental no controlo da opinião pública, mas também forneciam ao governo preciosas informações sobre o “pulsar” do país, nomeadamente, entre outras formas, através dos relatórios com o resumo das notícias censuradas.

Na sequência da passagem dos serviços de censura para a dependência do Ministério do Interior realizaram-se algumas modificações na estrutura orgânica seguida até então. As comissões de Censura ficaram subordinadas ao Gabinete do Ministro, por intermédio da Comissão Central, que tinha ao mesmo tempo as atribuições da Zona Sul. Este sistema suscitou algumas críticas, em especial no referente ao excesso de trabalho da Comissão de Lisboa que acumulava as atribuições atrás referidas. O Governo cedeu, e em 29 de Junho de 1933, foi criada a “Direcção Geral de Serviços de Censura, directamente dependentes do Ministério do Interior substituindo nas funções de Comissão Central, a Comissão de Censura de Lisboa. A Direcção de Censura passou a ser um organismo estável de carácter permanente e com o cunho de autêntico departamento ministerial”²⁸. Da Direcção Geral dos Serviços de Censura, com sede na capital, dependiam três núcleos regionais do Norte, Centro e Sul, aos quais estavam ligados vinte e nove delegações espalhadas por todo o país, conforme se pode constatar pela análise da estrutura orgânica dos Serviços de Censura apresentada no anexo II deste estudo.

Estava então constituída e estabilizada a instituição mais perene criada pela Ditadura. Os jornais tiveram de moldar-se aos novos tempos se queriam sobreviver. Cada jornal tinha de enviar todas as notícias que queria publicar, «com provas em triplicado», para serem examinadas pelos serviços de censura da sua área. Posteriormente era-lhes devolvida uma prova com dois carimbos, o primeiro indicava o local da comissão de censura juntamente com a palavra «visado» e o segundo com a decisão da comissão: «autorizado»; «autorizado com cortes»; «suspensão»; «retido» ou «cortado». O leitor desconhecia o grau de supressão da informação que sofria o jornal que lia, dado que era proibido apresentar quaisquer espaços em branco ou referência a cortes sofridos. Este enquadramento rapidamente levou a que os jornalistas e os directores dos jornais, antecipando um possível corte, iniciassem um processo de autocensura, como forma de assegurar a continuidade do jornal e a manutenção dos postos de trabalho²⁹. Os censores, militares de baixa patente, transformaram-se para uma geração de portugueses nos “carcereiros da ideia e déspotas do pensamento alheio”³⁰

ram a faltar muitos relatórios no Arquivo do Ministério do Interior, motivo pelo qual o nosso estudo trata apenas o período de 4 de Dezembro de 1933 a 13 de Março de 1935. Cf., Joaquim António Cardoso Fialho Gomes (1997), pp. 58-59.

²⁸ António Tavares Proença, (1992), p. 98.

²⁹ Jorge Ramos do Ó, (1996), pp. 139-141.

³⁰ Egas Moniz, *República*, 28-10-1953 cit in Cândido de Azevedo, (1999), p. 70.

4. As instruções da “Censura” aos seus serviços e aos jornais sobre a temática a censurar

Desde o início da censura, os jornais sentiram que existia uma grande imprecisão sobre os limites do que era ou não permitido publicar. No respeitante aos temas internacionais, ainda existia menos informação, possivelmente por serem considerados ainda secundários³¹.

O Decreto-lei de 11 de Abril de 1933 que instituiu a censura prévia é muito vago quanto aos temas a censurar. Apenas o art. 3.º dá algumas indicações ainda que imprecisas: “A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”³². A extrema subjectividade deste artigo “está na origem da discricionariedade concedida aos serviços encarregados de a executar e aos órgãos estaduais a que estes estão subordinados. Uma análise de toda a matéria «cortada» pela censura desde o seu início recai, deste modo, muito menos na interpretação literal do citado artigo do que no exame da política governamental no sector da informação, e até, ”³³ noutros factores, como os erros e a arbitrariedade dos censores, ou a própria posição do regime face a alguns temas³⁴.

A análise das poucas circulares internas dos serviços de censura conhecidas, embora nos forneçam mais informações sobre a temática a censurar, continuam a ser por vezes pouco esclarecedoras. Em especial para os assuntos que mais nos interessavam, – os internacionais. A circular enviada às delegações pela Direcção dos Serviços de Censura em 28 de Agosto de 1931 é a mais esclarecedora. Não seriam permitidas³⁵:

- a) Referências desprimorosas para o chefe do Estado, altos poderes do Estado, Chefes de Estado Estrangeiros e seus representantes em Portugal;
- b) Referências irreverentes às autoridades e entidades oficiais;

³¹ Nos primeiros tempos da censura o noticiário internacional não foi censurado. Conseguimos no entanto, encontrar para 1927 uma indicação sobre os temas a censurar na cidade de Évora: “Da Comissão de Censura à Imprensa, nesta cidade, recebemos um ofício em que se pauta o procedimento dos jornais para com a Ditadura, altos funcionários da República, diplomatas e mais individualidades estrangeiras, especialmente Mussolini e Primo de Rivera”, *A Defesa*, 11 de Junho de 1927, p. 2.

³² Art. 3, Decreto-Lei 22469 de 11 de Abril de 1933.

³³ Alberto Arons de Carvalho, (1973), p. 63.

³⁴ Cf., Norberto Lopes, (1975), pp. 55-61; Ulisses Vaz Pardal, (1978), pp. 13-22; César Príncipe, (1979), pp. 7-25.

³⁵ Apenas referimos os artigos que tinham alguma ligação aos temas internacionais.

- c) Referências a assuntos que se liguem directamente com a ordem pública;
- d) Notícias de atentados de carácter político; (...)
- f) Notícias que originem o alarme e a intranquilidade pública;
- g) Composições cuja forma acuse o propósito intencional de velar a verdadeira alusão e estas sejam suspeitas; (...)
- t) Notícias que interessem às relações diplomáticas com países estrangeiros sem autorização desta D.G.;
- u) Propaganda de doutrinas políticas consideradas perigosas para a segurança do Estado;³⁶

Estas instruções, embora mais específicas, continuavam a dar uma grande margem de manobra aos serviços de censura. Esta situação provocou como vimos anteriormente, alguns problemas de pouca uniformidade entre as várias delegações. Tais problemas foram sendo lentamente resolvidos a partir de 1933 com uma maior centralização e uniformização na execução das instruções do Governo, através do Ministério do Interior pelos Serviços de Censura. Os sistemáticos relatórios realizados pelos diversos serviços de censura serviam para os vários Ministérios irem orientando e regulando este serviço de uma forma pragmática. Como tal, adaptavam-se sistematicamente a um mundo em transformação para atingir o objectivo supremo do governo – “Saber Durar”. Por isso, não é de estranhar que em 1936, com o agravamento da situação política em Espanha, a Censura se tivesse virado finalmente para os problemas internacionais. Nesse ano a Direcção Geral dos Serviços de Censura mostrou preocupação com a falta de directrizes, por parte de muitas delegações “para definir com juízo seguro os limites em que pode publicar-se matéria de carácter internacional”³⁷. No caso de Espanha foram dadas directrizes cada vez mais claras, chegando-se logo em 1936 a dar indicações sobre a composição e paginação, uma vez que a forma como alguns jornais se apresentavam ao público fazia “transportar para Portugal a luta e paixões que dividem a Espanha”³⁸.

5. Evolução da censura aos temas internacionais entre 1933 e 1935

O número de notícias internacionais censuradas no período analisado variou ao longo dos meses. Esta variação estaria relacionada com o volume e

³⁶ Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1980), Vol. I, pp. 51-52.

³⁷ Circular de 25-3-1936, Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura, Secção de Reservados da Biblioteca Nacional, Lisboa, citado por Joaquim António Cardoso Fialho Gomes (1997), p. 124.

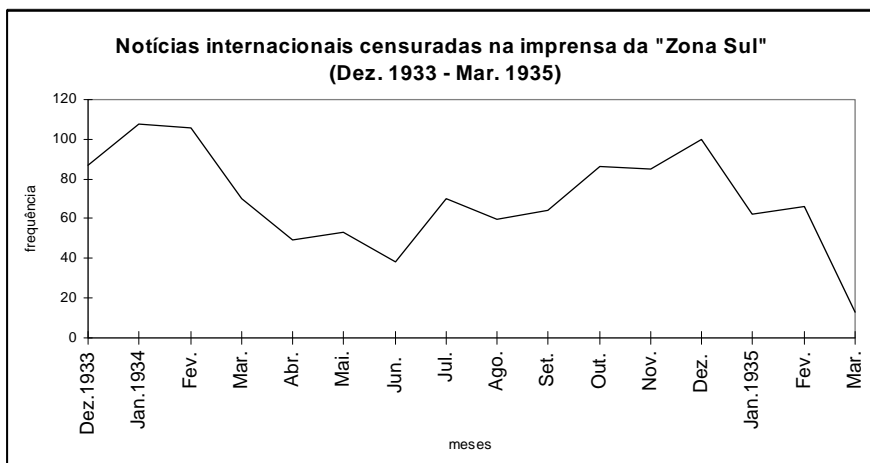
³⁸ Circular n.º 124 de 24-7-1936, Arquivo da Direcção dos Serviços de Censura, Secção de Reservados da Biblioteca Nacional, Lisboa, citado por Joaquim António Cardoso Fialho Gomes (1997), p. 124.

tipo de notícias que se pretendia publicar? Ou com alguma mudança de orientação dos Serviços de Censura? São algumas questões que podem orientar inicialmente a análise dos dados disponíveis.

O volume de notícias censuradas atingiu o nível mais elevado nos primeiros meses analisados, nomeadamente nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1934, com 108 e 106 notícias censuradas. Posteriormente, iniciou-se uma descida progressiva até ao mês de Junho, como podemos observar no Gráfico I. A partir do referido mês o volume de notícias censuradas teve tendência para subir, atingindo um novo pico no mês de Dezembro de 1934, com 100 notícias censuradas. Nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1935 houve novamente uma descida clara, tendo sido registados respectivamente 62 e 66 notícias censuradas³⁹.

Face ao número relativamente reduzido de meses analisados, e à pobreza da documentação dos serviços de censura sobre os temas internacionais, não é possível explicar com rigor a tendência verificada. Poderá esta tendência estar apenas relacionada com o volume e tipo de notícias que foram surgindo na cena internacional⁴⁰? Ou estará relacionada com uma mudança de actuação da censura ou dos próprios jornais? É provável que os jornais se fossem adaptando progressivamente à censura, auto censurando-se numa expurga interna para evitar problemas económicos e políticos, podendo assim sobreviver.

Gráfico I



³⁹ O mês de Março de 1935 não é possível ser analisado convenientemente, pois apenas foram considerados os 8 primeiros dias do mês.

⁴⁰ Tentaremos explicar noutro capítulo a possível relação entre o número de notícias censuradas e as temáticas censuradas nesse período.

Convém referir que os directores dos principais jornais portugueses foram recebidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros para dialogarem sobre política internacional no dia 13 de Janeiro de 1934. Não conseguimos saber o conteúdo da reunião, tendo inclusivamente sido censurada uma breve nota que dava conta do referido encontro⁴¹. É certo, que esta reunião não fez baixar o número de notícias censuradas durante os meses de Janeiro e Fevereiro, mas poderá ter tido reflexos nos meses seguintes.

A análise das temáticas mais censuradas ao longo dos meses permite-nos conhecer quais os acontecimentos que em determinados momentos suscitaram a acção da censura.

Nos meses de Dezembro de 1933 e Janeiro de 1934 os artigos sobre a “Espanha Republicana” foram os mais censurados (veja-se o anexo I). Durante este período procedeu-se ao “rescaldo” das eleições legislativas de 19 de Novembro de 1933. O regime português queria evitar a propaganda dos ideais democráticos e os ataques às forças da direita que tinham vencido as eleições.

Nos meses de Fevereiro e Março de 1934 a temática sobre a União Soviética/Comunismo foi a que obteve maior número de cortes. Esta temática foi a mais censurada ao longo de todo o período analisado.

Em Abril foram os artigos que defendiam a Democracia que obtiveram maior número de cortes. Já no mês de Maio as críticas contra o Nacional-Socialismo foram as mais censuradas.

Em Junho, a censura teve aparentemente poucos motivos para cortar notícias sobre temáticas internacionais.

Nos meses de Julho, Agosto e Setembro a censura cortou grande número de artigos de ataque ao nazismo. Este elevado número de cortes foi uma consequência da “noite das facas longas” e da subida de Hitler à presidência da Alemanha após a morte de Hindenburgo.

Houve vários acontecimentos revolucionários em diversas regiões de Espanha, no mês de Outubro. Estes factos foram particularmente censurados durante este mês.

A partir do mês de Novembro a temática da União Soviética/Comunismo dominou claramente as notícias censuradas. O auge foi atingido no mês de Dezembro de 1934. Este facto deveu-se em parte, à tentativa de publicação de artigos sobre o assassinio de Kirov em Leninegrado, em 1 de Dezembro de 1934.

Pela análise do anexo I o figurino da censura ao noticiário internacional permaneceu relativamente estável no período analisado, tendo o volume e

⁴¹ *A Voz*, 14-1-1934, Boletim n.º 94, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20. Tentamos procurar informações sobre a matéria tratada nesta reunião em diversos jornais diários, sem que no entanto tivéssemos obtido qualquer resultado positivo.

tipo de notícias censuradas resultado mais do evoluir dos acontecimentos internacionais do que de qualquer decisão ou mudança de actuação dos jornais ou dos próprios serviços de censura.

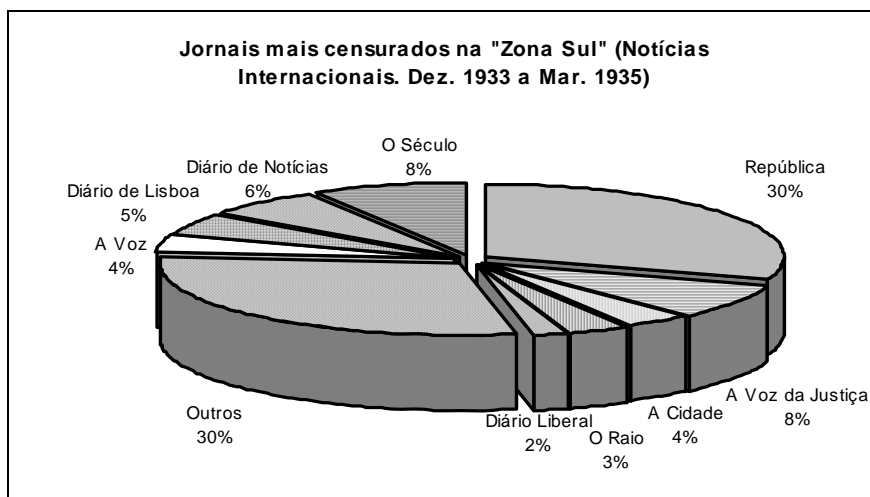
6. Os Jornais e a Censura

Nos primeiros anos da Ditadura Militar a quase totalidade dos jornais apoiantes da I República desapareceram. Os poucos que sobreviveram e que eram contrários “à situação” eram alvo de uma vigilância apertada.

A *República* era o mais importante jornal da “oposição”. Fundado por António José de Almeida, desaparecera ainda antes do 28 de Maio de 1926, reaparecendo em 1931. Era um jornal tolerado, uma vez que se distanciava da corrente republicana radical de esquerda, representando o republicanismo conservador que o salazarismo tinha tentado seduzir para o seu seio. Era um jornal que se mostrava crítico em relação à I República, em particular à atitude do partido dominante do regime – Partido Republicano Português. Nesta nova fase da sua vida era dirigido por Ribeiro de Carvalho, que tinha assumido a direcção do Jornal em 1920. Ribeiro de Carvalho foi um militante muito activo da carbonária e da causa republicana durante a Monarquia. Foi deputado em várias legislativas pelo Partido Republicano Evolucionista (1911-1919), Partido Republicano Liberal (1919-1923), Partido Republicano Nacionalista (1923-1924); Acção Republicana (1924-1925), e por fim, entre 1925 e 1926 foi eleito deputado como independente. A *República* agregava muitas das correntes contrárias ao salazarismo uma vez que era um dos poucos jornais republicanos que ainda se editavam. Por esse motivo era bastante vigiado. Como podemos observar no Gráfico II, este jornal foi o que mais suscitou a intervenção da censura. Das 1117 notícias analisadas, 339 pertenciam ao jornal a *República*, o que representa 30% do total.

A *República* foi praticamente censurada em todos os temas. Especialmente nos que diziam respeito à Espanha, já que era dos poucos jornais portugueses que defendia claramente o novo regime republicano implantado em 1931. Este regime servia certamente de modelo, face a uma onda autoritária que varria a Europa. A temática internacional ocupava um lugar de destaque neste jornal, pois era a única forma de poder ir dando algumas informações aos leitores sobre actividades políticas republicanas e democráticas. A acção do governo português e o nome de Oliveira Salazar raramente surgiam neste diário. A *República* destacava as notícias internacionais em detrimento das notícias nacionais, por os serviços de censura serem mais tolerantes para aquelas, podendo assim o jornal ir lançando as sementes da ideologia republicano-liberal. Durante o período em análise, o director do *República* passou largos meses em Espanha, em contacto com os refugiados políticos portugueses, de onde mandava crónicas diárias sobre o evoluir da situação política espanhola.

Gráfico II



A Voz da Justiça, que ocupa o segundo lugar entre os jornais mais censurados, era considerada também da “oposição”. Era um jornal republicano, bi-semanário, da Figueira da Foz⁴². Dirigido por republicanos locais com a colaboração de alguns grandes nomes da causa republicana como Ribeiro de Carvalho, director da *República*, Rafael Ribeiro, chefe da secretaria da Faculdade de Direito de Lisboa e antigo deputado, António Sérgio e Aquilino Ribeiro. Há que realçar que *A Voz da Justiça* era um pequeno jornal de província de apenas 4 páginas. Mesmo assim, ocupa o segundo lugar entre os jornais mais censurados. Deve-se referir ainda, que este jornal deveria ser censurado pela Comissão de Censura da Zona Centro. No entanto, devido a ser considerado um jornal perigoso passou a ser censurado pela Comissão de Censura de Lisboa, passando a figurar no relatório da Zona Sul. Esta situação causava sérios problemas ao jornal dado que tinha de enviar as provas para Lisboa.

O jornal *A Cidade*, embora inicie a sua publicação apenas a partir de finais de Junho de 1934 conseguiu obter 41 cortes, o que representa 4% do total. Este semanário lisboeta era dirigido por Mário Salgueiro⁴³.

⁴² Embora tivéssemos tentado saber a tiragem do jornal, não foi possível obter essa informação. No entanto, sabemos que era vendido no Porto e em Lisboa. Era por isso um órgão de informação lido pela oposição ao Estado Novo nas principais cidades portuguesas.

⁴³ Este jornalista trabalhou como redactor em vários jornais, como por exemplo *O Mundo*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *A República Portuguesa*, *Diário Liberal* e dirigiu ainda *O Povo*. Era um republicano e democrata convicto.

O Raio era de entre os jornais designados contra “a situação”, uns dos considerados mais perigosos. Este semanário da Covilhã⁴⁴ era liderado por republicanos locais. No entanto, tinha a colaboração de alguns de âmbito nacional, como o Dr. Angelo Vaz, deputado durante a I República, genro e secretário particular do antigo Presidente da República, Bernardino Machado. Teve durante este período 37 cortes, o que representa 3% do total. Foi várias vezes suspenso e objecto de um tratamento especial pela Direcção Geral dos Serviços de Censura. Este organismo considera-o como fazendo parte dos 6 ou 8 jornais adversários da situação de maior nomeada que ainda se publicavam em Portugal⁴⁵. Estes jornais estavam “desde há muito tempo (...) sujeitos a regime especial de censura, obrigados alguns a «prova de página», a «corte total» e censura fora do distrito, geralmente na comissão de Lisboa.” Onde “no uso pleno das suas atribuições centraliza – em harmonia com indicações superiores – a censura dos jornais mais difíceis, quando pelo seu porte entende dever subordiná-los a rigorosa vigilância. E assim se explica que «O Raio» e outros são habitualmente colocados nessa situação, a mais incómoda para os jornais de província, como é óbvio, e onde sofrem a censura mais conforme com os interesses gerais do Governo e mais harmónico com as leis”⁴⁶. De facto, *O Raio* para além de ser censurado pela Comissão de Censura de Lisboa, obteve corte total em todos os artigos analisados, facto que não sucede com nenhum outro jornal importante. As pressões políticas e as dificuldades económicas ocasionadas por esta estratégia da censura provocaram o desaparecimento de um grande número de jornais opostos ao governo⁴⁷.

O Diário Liberal, embora tenha desaparecido nos finais de Janeiro de 1934, teve 20 notícias censuradas, o que representa 2% do total. Durante os dois meses analisados foi o segundo jornal mais censurado, atrás da *República*. Este diário lisboeta nascido em 1932, era dirigido pelo Dr. Evaristo de Carvalho, deputado durante a I República entre 1911 e 1919. Contava ainda com um Conselho Directivo do qual faziam parte eminentes republica-

⁴⁴ Tentamos também saber a tiragem deste jornal, mas novamente não tivemos êxito. Era como *A Voz da Justiça* vendido no Porto e em Lisboa e tinha certamente uma grande divulgação nos meios oposicionistas ao regime.

⁴⁵ Carta do Director Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, Álvaro de Salvação Barreto ao Ministro do Interior, em 24 de Julho de 1935. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1980), Vol. I, p. 82.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Segundo um relatório da Secretaria da Propaganda Nacional o número de publicações na província anti-situação diminuiu entre Dez. de 1933 e Dez. de 1934. Aumentou pelo contrário, o número de publicações situacionistas e simpatizantes do Estado Novo, Cf., Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1980), Vol. I, p. 71.

nos, como o Prof. Dr. Hernani Cidade, então docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e o Prof. Dr. Mário de Azevedo Gomes, professor do Instituto Superior de Agronomia. Neste jornal são censurados predominantemente artigos contrários ao fascismo e ao nazismo.

Podemos também verificar no Gráfico II, que alguns diários lisboetas de grande tiragem próximos do regime, obtiveram um número de artigos censurados semelhantes a jornais semanários de província contrários à situação. Estamos a referir-nos ao *Diário de Notícias*; ao *O Século*; e ao *Diário de Lisboa*. Estes jornais publicavam bastante informação internacional. As notícias mais censuradas nestes jornais diziam respeito a pequenas notícias, geralmente telegramas que relatavam acontecimentos recentes, como atentados, revoltas, acordos comerciais, ou qualquer tipo de notícia sobre a União Soviética. Artigos de fundo e editoriais, praticamente nunca foram objecto de cortes.

O jornal *A Voz* de tendência monárquica, obteve 42 cortes, o que representa 4% do total. A maior parte dos artigos censurados defendiam a Monarquia. O Estado Novo ao procurar evitar os conflitos e as dissensões não podia permitir que novamente o conflito entre República e Monarquia desviasse o esforço dos portugueses da construção de um novo regime de consenso.

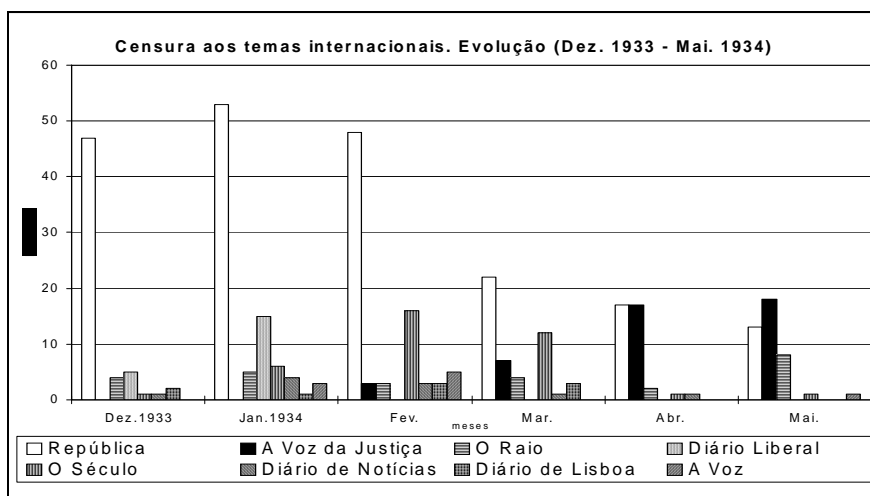
Jornais “oficiais” do regime como a *União Nacional* ou o *Diário da Manhã* obtiveram 1% dos cortes. Estes jornais também eram moldados pela censura, no sentido de limar certos extremismos⁴⁸ que o Estado Novo queria evitar, para pacificar a sociedade portuguesa.

A censura aos jornais ao longo dos meses analisados não foi linear. Como podemos observar no Gráfico III, nos primeiros meses analisados a *República*, lidera claramente a lista dos jornais mais censurados. A publicação de notícias sobre as eleições espanholas, e sobre as posteriores consequências políticas, provocaram a acção repressiva da censura, em particular nos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro. Durante os meses de Março, Abril, Maio e Junho o número de notícias censuradas foi mais reduzido. Nestes meses a *República* é, ultrapassada por outros jornais. A partir de Julho assume-se novamente como o jornal mais censurado, com a excepção de Janeiro e Março de 1935. *A República*, é censurada em todos os temas importantes.

O *Diário Liberal* foi o segundo jornal mais censurado nos dois primeiros meses, vindo a desaparecer nos finais de Janeiro de 1934.

⁴⁸ O Jornal *União Nacional* fez um “artigo de fundo justificando a política de Hitler (sic) nos últimos acontecimentos [“noite das facas longas”], e afirmando que o sucedido, não é mais que um episódio sem importância na marcha do nazismo.” Os censores cortaram-no totalmente “para não originar polémicas”. *União Nacional*, 7-7-1934, Boletim n.º 117, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

Gráfico III

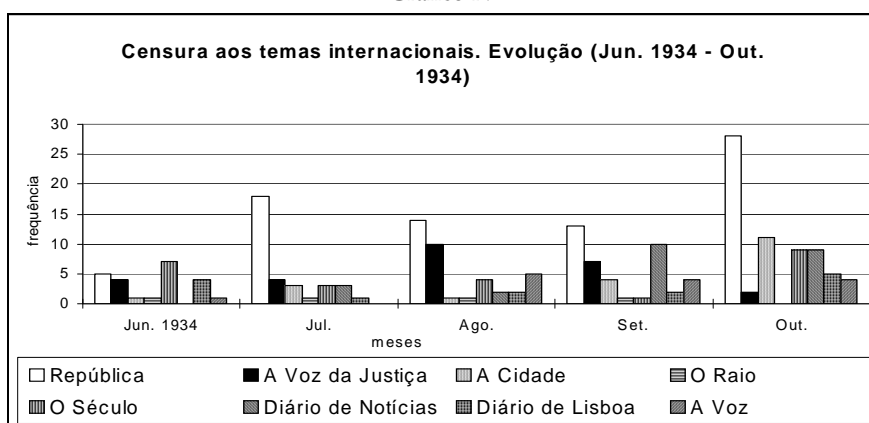


A Voz da Justiça transformou-se progressivamente a partir de finais de Fevereiro de 1934⁴⁹ no segundo jornal mais censurado, igualando o *República* em Abril e superando-o em número de notícias censuradas em Maio. Durante os meses de Agosto, Setembro e Novembro teve também um número de artigos censurados elevado. Este jornal teve uma tipologia de notícias censuradas muito diversificadas. Os artigos censurados eram geralmente sobre a União Soviética, sobre a defesa da democracia e do operariado e outros de crítica ao nazismo e ao fascismo.

O Século era de entre os jornais próximos do regime aquele que obteve mais notícias censuradas nos primeiros meses analisados. É o segundo jornal mais censurado nos meses de Fevereiro e Março de 1934, em grande medida devido a tentar publicar diversas notícias sobre a «marcha da fome» em Londres. Como se pode verificar no Gráfico IV, no mês de Junho foi o jornal mais censurado. Este mês foi de entre os analisados o que registou menos notícias censuradas. *O Século* tentou publicar algumas informações sobre atentados e revoltas, em particular na Polónia.

⁴⁹ Possivelmente a data em que *A Voz da Justiça* passa a ser censurada pela Comissão de Censura de Lisboa.

Gráfico IV



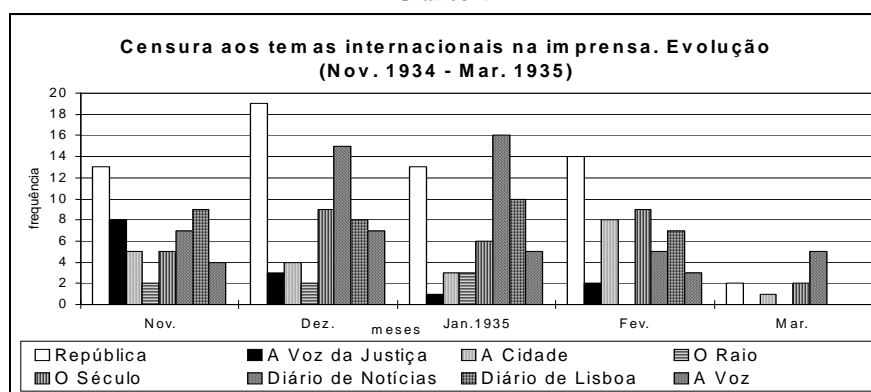
O Raio assumiu-se neste período como um dos jornais de província mais combativos. São censurados artigos sobre a situação espanhola, a defesa da democracia, ataques ao nazismo e ao fascismo.

O jornal *A Cidade* que apenas surgiu após Junho de 1934, também suscitou forte intervenção da censura nos últimos meses de 1934 e nos primeiros meses de 1935, em particular no mês de Fevereiro.

O *Diário de Notícias* nos primeiros meses analisados teve poucas notícias censuradas. No entanto, nos finais de 1934 e nos inícios de 1935 a censura cortou vários artigos, a este jornal. Particularmente nos meses de Dezembro de 1934 e Janeiro e Março de 1935. Nestes dois últimos meses foi mesmo o jornal mais censurado. Este aumento significativo deveu-se particularmente ao corte sistemático que as notícias sobre a União Soviética tiveram a partir de Outubro de 1934.

O *Diário de Lisboa* teve uma evolução semelhante ao *Diário de Notícias*. Nos primeiros meses analisados teve cortes pouco significativos. Esta situação altera-se a partir de Outubro de 1934, já que o número de notícias censuradas aumentou significativamente, em especial devido à tentativa de publicar artigos sobre a União Soviética.

Gráfico V



O jornal *A Voz* foi durante o período analisado sistematicamente censurado quando defendia claramente os ideais monárquicos. Nos finais de 1934 e nos inícios de 1935, o número de notícias cortadas subiu ligeiramente em relação aos meses anteriores, em parte, devido ao corte sistemático das notícias sobre a União Soviética.

7. As temáticas internacionais censuradas

7.1. A União Soviética/Comunismo

Os comunistas transformaram-se paulatinamente no inimigo principal do Estado Novo, mesmo antes de serem de facto um factor de risco importante para o regime⁵⁰. O anátema bolchevista, mesmo distante, tornou-se o principal alvo da censura, como se pode verificar no Gráfico VII, na medida em que o «perigo espanhol» estava relativamente ultrapassado neste período.

Qualquer referência elogiosa ou meramente factual (por vezes até críticas) era cortada pelos serviços de censura. Este tema internacional era sem dúvida, o que tinha um tratamento mais rigoroso. O jornal *Vítimas da Guerra*, ao descrever uma escola situada perto de Moscovo destinada a filhos de inválidos é censurado, já que segundo os censores, a escola foi pintada com “as cores mais maravilhosas e com as instalações mais modernas”⁵¹.

⁵⁰ Cf., Telmo Daniel Faria, (1995), pp. 229-261.

⁵¹ *Vítimas da Guerra*, 8-3-1934, Boletim n.º 100, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

A *República* no dia 13 de Janeiro de 1933, ao descrever os resultados do desporto na URSS e ao referir o grande apoio que era dado pelo Estado, vê o seu artigo ser também censurado⁵².

Os censores ao cortarem praticamente tudo o que provinha da União Soviética, censuram por vezes artigos aparentemente inócuos. Alberto Arons de Carvalho, refere que foi cortado um telegrama indicando “que numa determinada cidade se tinha registado a temperatura de 45° abaixo de zero. Interrogado sobre a causa desse corte, um censor teria esclarecido: «Não nos interessa nada que faça frio ou calor nessa terra»⁵³.

7.2. A Espanha Republicana

A Espanha tinha uma importância capital para o regime Salazarista. Era por isso analisado com muito cuidado o evoluir do regime espanhol. Sabia-se que este poderia ter uma influência importante no regime português pela ideologia que transmitia e pelo acolhimento dos revolucionários portugueses exilados no estrangeiro.

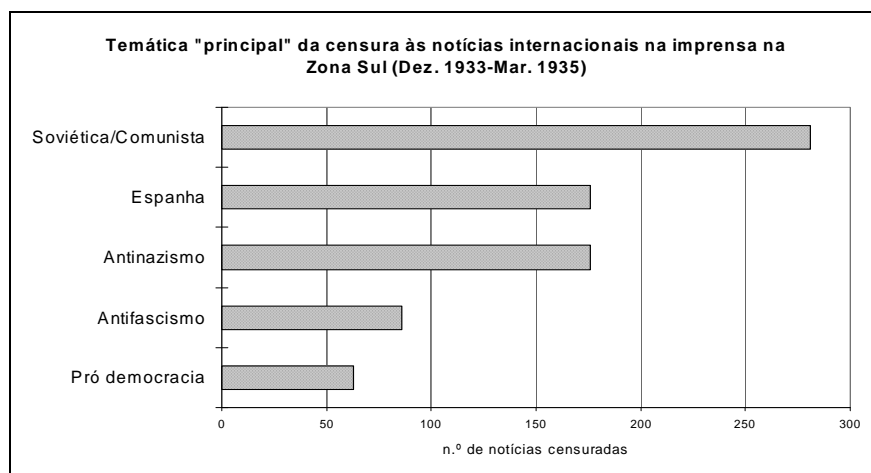
O período que estamos a analisar enquadra-se segundo César Oliveira, numa fase de retoma embora, lentamente da “cordialidade e da cooperação nas relações bilaterais entre os dois governos”⁵⁴. De facto, se a hostilidade entre os dois Estados tinha sido clara até Novembro de 1933, após a vitória dos partidos de centro/direita nas eleições legislativas, a situação tendeu a modificar-se. O governo liderado por Alejandro Lerroux do Partido Radical, com o apoio parlamentar da *Confederação Espanhola de Derechas Autonomas* deixou de prestar apoio aos revolucionários portugueses e inicia-se lentamente o retomar de relações entre os dois governos.

⁵² *República*, 13-1-1934, Boletim n.º 94, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁵³ Alberto A. de Carvalho, et. al., (1971), p. 249.

⁵⁴ César Oliveira, (1995), p. 32.

Gráfico VI



Segundo César Oliveira⁵⁵ a imprensa portuguesa, (com excepção dos jornais contrários à situação) tinham atacado a II República Espanhola até Novembro de 1933 em torno de três temas essenciais: o perigo do Iberismo; o relato da situação revolucionária e caótica da Espanha; e a «conspiração maçónica internacional» associada a «manobras comunistas inspiradas de Moscovo». No período que estamos a tratar diminuíram os ataques à II República Espanhola.

As temáticas dos cortes sobre Espanha podem ser agrupadas em dois grandes subgrupos:

I – Defesa clara dos ideais socialistas, operários e democráticos⁵⁶;

II – Ataque intransigente aos ideais e aos grupos de direita (católicos, monárquicos e aos restantes partidos da direita espanhola)⁵⁷.

⁵⁵ César Oliveira, (1987), p. 83.

⁵⁶ O jornal *o Século* pretendia noticiar o seguinte telegrama sobre uma greve em Saragoça. “Partiram para Saragoça as 240 crianças filhas dos grevistas metalúrgicos desta cidade e que estiveram recolhidas nas casa de diversos membros da Confederação Geral do Trabalho.

Na estação compareceram a despedirem-se 500 sindicalistas. No momento da partida uma das crianças deu um «viva à revolução» agitando as outras pequenas bandeiras vermelhas.” Foi cortado totalmente. *O Século*, 13-12-1933, Boletim n.º 115, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁵⁷ O jornal *Voz da Justiça* pretendia publicar um telegrama sobre “um incidente ocorrido no parlamento. Calvo Sotelo, alegava os seus direitos de deputado, para conseguir um dado fim. O chefe do governo, usando da palavra, diz-lhe que êle não tem autoridade para alegar tais direitos, quando é certo que, durante sete

Ribeiro de Carvalho, o director do jornal *República* foi o jornalista mais censurado. Por exemplo, a entrevista realizada no dia 13 de Dezembro de 1933 “ao caudilho republicano António Royo Vilhanueva (...) em Madrid, sobre a política espanhola desde a monarquia até ao momento presente”, foi parcialmente censurada nas partes em que se atacava “os ex-rei e os monárquicos espanhóis” e fazia “a apologia da democracia e do Parlamentarismo, contra a Monarquia e a Ditadura, da constituição contra a Ditadura e o Fascismo”⁵⁸.

7.3. Antinazismo

O tema do “antinazismo” é possivelmente o que reúne artigos mais duros contra figuras políticas e contra regimes. No entanto, é o tema que mais facilmente os censores deixavam passar.

O regime nazi era encarado como fazendo parte dos regimes totalitários e por isso afastado do regime português. Os censores cortavam apenas os artigos mais violentos contra Hitler e contra o regime Nacional-Socialista. Mário de Oliveira no jornal a *República* no dia 18 de Dezembro de 1933 “pretendia fazer um ataque cerrado a Hitler comparando-o a Nero, que como este há-de cair amaldiçoado”⁵⁹. O *Raio* no dia 21 de Maio de 1934 tentou publicar um artigo onde acusava “em termos violentos a política de Hitler, pela qual a Alemanha se tornou num País selvagem, onde não podem viver sábios como «Einstein» com medo de serem espancados, mortos ou enclausurados”⁶⁰. As críticas à política social do regime alemão também são alvo de «protecção»: A *República* no dia 11 de Janeiro de 1934 pretendia divulgar “o bluff da melhoria da situação do operariado na Alemanha”⁶¹; a

anos, foram por êle ignorados os direitos da Nação.” O referido jornal comentava desta forma esta notícia. “Esta resposta do chefe do Governo Espanhol é daquelas que, pela sua clareza e oportunidade, não necessita comentários.” *A Voz da Justiça*, 13-12-1933, Boletim n.º 116, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁵⁸ *República*, 13-12-1933, Boletim n.º 90, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 460, caixa 13.

⁵⁹ *República*, 18-12-1933, Boletim n.º 91, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 460, caixa 13.

⁶⁰ *O Raio*, 13-12-1933, Boletim n.º 111, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.. *República*, 21-12-1933, Boletim n.º 91, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 460, caixa 13.

⁶¹ *República*, 11-1-1934, Boletim n.º 94, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20

21 de Dezembro de 1933 o mesmo jornal, queria comparar os vencimentos entre os chefes nazis e os proletários⁶².

Não temos informações concretas relacionadas com as directrizes dos serviços de censura sobre o Nazismo. No entanto, existe um despacho do Ministro do Interior para a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado de 29 de Novembro de 1933, no qual se determinou que deveria ser apreendida a literatura de “propaganda anti-fascista que vise directamente o governo alemão e principalmente o seu chefe, com acusações de toda a espécie”⁶³. Este Despacho surgiu na sequência da detenção do alemão Arthus Dahl Adler na fronteira de Marvão por trazer vasta literatura alemã e francesa de propaganda antifascista e anti-hitleriana em que, cuidadosamente e “inteligentemente, se faz a apologia do comunismo”⁶⁴. É de crer que os serviços de censura tivessem recebido directrizes semelhantes.

Era claro nas determinações da censura que não era possível injuriar chefes de Estado. Não obstante, os censores deixavam passar bastantes artigos de ataque a Hitler e ao Nacional-Socialismo, o que motivou o protesto da legação alemã ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este Ministério comunicou o facto ao Ministério do Interior para tentar parar esta situação. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros ao estarem “reunidos na pessoa de Adolf Hitler os cargos de chanceler e de chefe do Estado alemão, muito agradeceria” que fossem “tomadas as medidas que julgar convenientes pois como Vossa Excelência sabe, e várias vezes a diplomacia portuguesa tem sustentado este princípio, as pessoas dos chefes de Estado de Nações com que se mantém relações diplomáticas não podem ser insultados na imprensa, sujeita a censura, quaisquer que sejam as ideias políticas ou formas de governo que representem”⁶⁵.

⁶² *República*, 21-12-1933, Boletim n.º 91, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 460, caixa 13.

⁶³ Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 458, caixa 11.

⁶⁴ Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 458, caixa 11.

⁶⁵ Carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o chefe do Gabinete de Sua Ex.^a o Ministro do Interior, no dia 7 de Setembro de 1934. Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 472, caixa 24. No dia 11 de Setembro de 1934 o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou uma carta ao Chefe do Gabinete do Ministro do Interior na qual se afirma que as constantes notícias injuriosas contra o Chefe do Reich podem “prejudicar as relações deste Ministério com a legação alemã num momento em que se acham pendentes negociações que interessam a Portugal”. Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 472, caixa 24.

As notícias em questão que motivaram o protesto alemão eram as seguintes⁶⁶:

– A reprodução de um telegrama do «Excelsior» feita no *Diário de Notícias* de 5 de Agosto de 1934, sob o título “O suplício ignorado do Marechal Hindenburgo prisioneiro dos nazis nos últimos dezassete meses da sua vida”⁶⁷. Neste artigo explicava-se que foi o escândalo «Ost Hilfe», que implicava o filho do Presidente Hindenburgo a causa da demissão de Von Schleicher. Hitler foi então, escolhido para Chanceler na medida em que se “comprometera a «pôr pedra» sobre o”⁶⁸ referido escândalo. O referido artigo relata ainda, as relações tensas entre Hitler e Hindenburgo⁶⁹ e o progressivo isolamento a que ficou votado o velho Marechal⁷⁰.

– Um artigo publicado pelo jornal católico *Novidades*, de 8 de Agosto de 1934 subordinado ao título, “A Alemanha sob o despotismo de Hitler”⁷¹. O *Novidades* designa Hitler de “despótico” e de “paranóico da violência e do sangue”. Afirmava no entanto, que “a experiência hitleriana entrou na fase da sua agonia, porque o hitlerianismo não pode ser o salvador ansiosamente esperado pela população alemã”⁷². Descreve ainda, os métodos políticos pouco claros utilizado por Hitler e prevê o fim deste regime.

– Um desenho publicado no semanário *O Diabo*, em 5 de Agosto de 1934⁷³.

⁶⁶ Cf., Carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o chefe do Gabinete de Sua Ex.^a o Ministro do Interior, no dia 13 de Setembro de 1934. Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 472, caixa 24.

⁶⁷ *Diário de Notícias* de 5 de Agosto, pp. 1 e 5.

⁶⁸ *Idem*, p. 1.

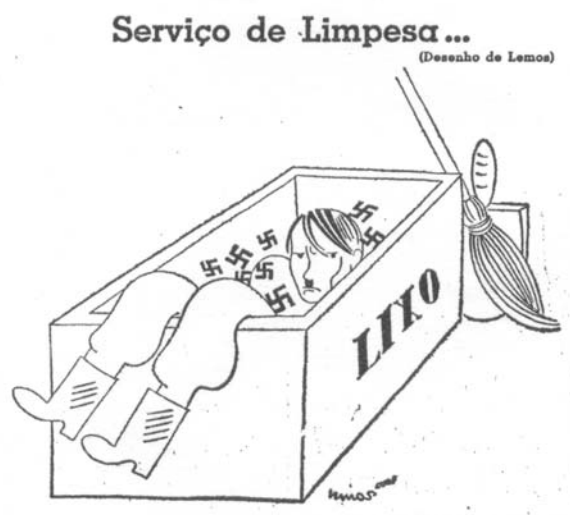
⁶⁹ “Hitler recusava-se terminantemente a pôr o Presidente ao corrente dos negócios de Estado. E Hindenburgo deve ter sofrido cruelmente com isso”. *Ibidem*.

⁷⁰ Numa “circular enviada pelo Ministério da Propaganda à Imprensa alemã” refere-se: “«Há já há algum tempo certos jornais põem em demasiada evidência a figura de Hindenburgo em detrimento do «Führer». É necessário por termo a esse escândalo. Falar o menos possível de Hindenburgo”. Segundo este artigo, o Presidente era espiado pela Polícia Secreta, sendo “a sua correspondência (...) violada”. Desde Março de 1934 muitos dos seus amigos foram impedidos de o visitar. *Ibidem*.

⁷¹ *Novidades*, 8 de Agosto de 1934, p. 2.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *O Diabo*, 5 de Agosto de 1934, p. 1.



O Ministério do Interior accionou os seus serviços para tentar evitar a publicação deste tipo de artigos. No entanto, continuaram a sair na imprensa portuguesa publicações semelhantes⁷⁴. Normalmente os protestos da legação

⁷⁴ A legação alemã voltou nos meses seguintes a enviar novos protestos ao Ministério dos Negócios estrangeiros, por terem sido publicados artigos na imprensa portuguesa contra Hitler. O Ministério do Interior foi informado desta situação pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. “Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que a legação da Alemanha se dirigiu mais uma vez a este Ministério solicitando que a Imprensa – na qual o visto da comissão de Censura testemunha o prévio conhecimento oficial dos textos – deixe de se referir em termos injuriosos ao actual Chefe do Estado alemão. (...) Motivou esta nossa diligência uma frase incerta no «jornal de Angra» n.º 426, de 26 de Outubro último, que na sua nota aquela legação reproduz assim: «Ainda ha pouco, Hitler mandou matar, friamente, [...] calculadamente, setenta amigos da véspera». (...) Rogo, pois, a V. Ex.^a se digne providenciar no sentido de ser dada satisfação ao pedida da legação referida (...)”, Carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para o Chefe do Gabinete do Ministro do Interior, em 24 de Novembro de 1934, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 472.

No dia 6 de Abril de 1935 o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou uma carta referindo que a “Legação da Alemanha acaba de se dirigir a este Ministério solicitando que seja chamada a atenção das autoridades competentes para a reprodução no número de «A Voz», de 20 de Março, duma caricatura intitulada: «As encarnações de Hitler», publicada no «Prager Presse», de Praga, jornal, no dizer da mesma Legação, de emigrados alemães e cujo único fim é injuriar o Governo alemão e perturbar as relações entre a Alemanha e os outros Estados. (...) Como é do conhecimento de V. Ex.^a, por diversas vezes, a última das quais em Novembro

alemã referem-se a jornais próximos do regime, o que poderá significar uma censura menos apertada para estes jornais. Só com uma investigação sistemática e comparativa de vários jornais poderá ser aferida esta hipótese.

7.4. Antifascismo

Na imprensa portuguesa os ataques ao fascismo italiano são mais contidos do que “as injúrias” ao nazismo. A censura procurou proteger o fascismo italiano de ataques ferozes e de críticas que pudessem de alguma forma comprometer o modelo político, social, económico e cultural que o Estado Novo tinha adoptado, dado as semelhanças entre os dois regimes e a simpatia que Salazar nutria por Mussolini.

Todas as “calúnias” dirigidas a Mussolini seriam sistematicamente censuradas. Num artigo da *República* de 29 de Abril de 1934, ao comentar-se o aumento de impostos sobre os celibatários italianos, a censura cortou a seguinte afirmação por considera-la imoral. “Há uma espécie de homens, que tem azar às mulheres. Viveriam bem na Alemanha. É que a eles não era necessário aplicar a lei da esterilização. São esterilizados de nascimento”⁷⁵.

A censura protegeu especialmente o regime italiano de críticas ao sistema económico e social adoptado, e à sua situação económica. A *República* no dia 24 de Maio de 1934 pretendia publicar um artigo que tratava da situação económica e financeira da Itália. Perante a crise que assolava o mundo, o referido jornal considerava a situação da Itália “particularmente má, devido, sobretudo, à inabilidade do seu governo, que a mimosiou com uma dívida pública demais de cem biliões de liras”⁷⁶. Foi cortada totalmente. O sistema político italiano, próximo do português, era também fruto de atenção especial. O jornal *República* no dia 26 de Janeiro de 1934, pretendia colocar em “ridículo o parlamento italiano pela aprovação por unanimidade em 55 minutos da nova lei das corporações comentando que «assim é que deviam ser os parlamentos todos quietinhos para serem bonitos»”⁷⁷.

do ano findo, tem a referida Legação insistido junto deste Ministério pela supressão pela Comissão de Censura de artigos ou caricaturas injuriosos para o actual Chefe do Estado alemão (...)”Carta do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para o Chefe do Gabinete do Ministro do Interior, em 6 de Abril de 1935, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 472, Caixa 24.

⁷⁵ *República*, 29-04-1934, Boletim n.º 108, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁷⁶ *República*, 24-5-1934, Boletim n.º 111, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁷⁷ *República*, 26-1-1933, Boletim n.º 96, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

7.5. Defesa da Democracia

O Estado Novo enquanto regime antidemocrático, não podia permitir que fossem divulgados ideais democráticos, ainda que referentes a países estrangeiros. Os artigos que defendessem claramente os ideais democráticos seriam censurados. A França era para os jornalistas republicanos portugueses um modelo a seguir. Por isso era sobre este país que mais notícias eram sacrificadas pela censura referentes ao funcionamento do sistema democrático.

O jornal *Voz de Alcobaça* no dia 9 de Março de 1934, tentou publicar um artigo sobre o «Senhor Doumerge». Os serviços de censura cortaram totalmente o artigo e referindo-se a ele explicam o motivo do corte: “o jornal faz (...) um artigo laudatório das virtudes cívicas do ex-Presidente e de enaltecimento da democracia”⁷⁸. O artigo terminava assim: “nem fascismo, nem comunismo! foi o grito que saudou o sorriso de Doumerge”⁷⁹. A notícia d’ *A Voz da Justiça* sobre a França de 13 de Maio de 1934 teve a mesma sorte. Os censores não aceitaram que o desenvolvimento da França se devesse à Democracia⁸⁰. As virtudes das eleições democráticas também eram um alvo frequente de censura. *A Voz da Justiça* no dia 25 de Maio de 1934, ao referir-se à eleição de Presidente da República da Checoslováquia, dizia que “o povo escolheu conscientemente e livremente”⁸¹, motivo suficiente para que o artigo fosse cortado.

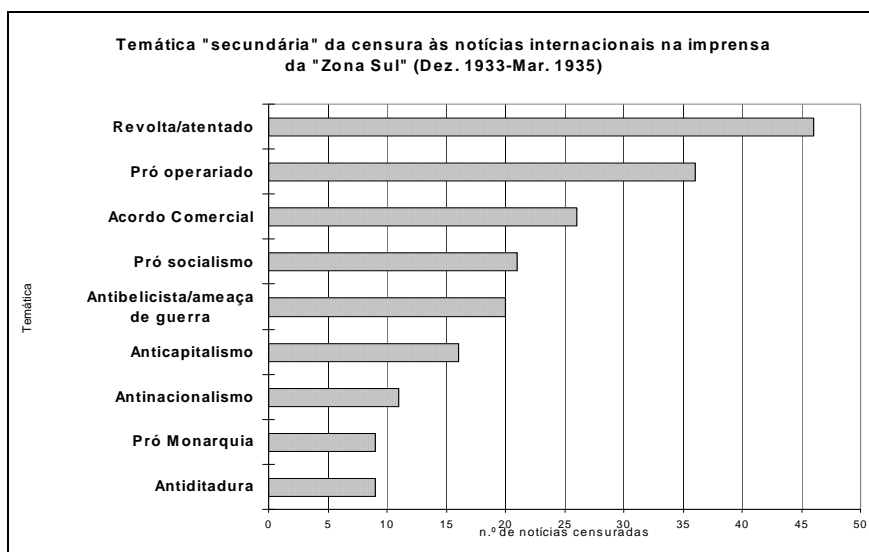
⁷⁸ *Voz de Alcobaça*, 9-3-1934, Boletim n.º 100, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁷⁹ *Voz de Alcobaça*, 9-3-1934, Boletim n.º 100, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁸⁰ *A Voz da Justiça*, 15-5-1934, Boletim n.º 110, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁸¹ *A Voz da Justiça*, 25-5-1934, Boletim n.º 111, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

Gráfico VII



7.6. Outros temas censurados

Dentro das temáticas por nós consideradas “secundárias”, a referente a revoltas e atentados é a mais frequentemente censurada (veja-se o Gráfico VII). Estes «maus exemplos», a serem divulgados, serviriam de motivação à oposição ao salazarismo para realizar actividades semelhantes em Portugal. É com intuítos “pedagógicos” que se faz este tipo de cortes, para que em Portugal não sucedesse coisa semelhante. As notícias sobre as revoltas em Cuba, os atentados contra o ministro do interior polaco⁸², contra Mussolini e contra os Presidentes da Roménia⁸³ e do Panamá⁸⁴ foram censuradas. Bem como outras situações pré-revolucionárias em vários países do mundo.

⁸²No atentado que vitimou o ministro do interior polaco, é bem visível a tentativa do regime português de dar o mínimo de informações sobre este tipo de assuntos. No dia 16 de Junho os jornais diários de Lisboa tentaram publicar esta notícia mas foi censurada em todos. No dia seguinte, possivelmente, por já não ser possível esconder esta notícia à opinião pública portuguesa (tinha já sido certamente difundida pelos meios de comunicação internacionais), foi permitida a sua publicação. No entanto, “tentou-se tirar à notícia todos os detalhes, (...) reduzindo-a ao mínimo possível” através de cortes parciais. *O Século*, 17-6-1934, Boletim n.º 114, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁸³Em vários diários lisboetas (*República*, *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã* e *Diário Liberal*), 30-12-1933, Boletim n.º 111, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

Os artigos que defendessem ou divulgassem os ideais operários na cena internacional eram constantemente censurados. As notícias que divulgassem as dificuldades económicas e sociais dos operários e a opressão dos capitalistas eram também cortadas⁸⁵, bem como relatos sobre organizações e movimentos operários⁸⁶. Foram cortadas diversas notícias da “Marcha da Fome” de operários ingleses que se dirigiam para Londres para pedirem melhores condições de trabalho.

Outra temática relevante é a censura aos acordos comerciais. O governo português não estava interessado em dar a conhecer as negociações comerciais com outros Estados. Salazar era da opinião que a polémica jornalística não devia intervir nos acordos entre dois Estados⁸⁷, na medida em que podia ser prejudicial para as negociações e ao mesmo tempo levar as dissensões à opinião pública. Como consequência, os artigos que interferissem nestes aspectos eram sistematicamente censurados. O acordo comercial que estava a

⁸⁴ “No telegrama sobre [a] descoberta deste atentado foi cortada a passagem em que refere «as circunstâncias em que aquele se devia dar»”. *República, Diário de Notícias, Diário de Lisboa*, 2-2-1933, Boletim n.º 97, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁸⁵ O jornal a *República* ao descrever a situação do operariado alemão tentou explicar que este era expropriado do fruto do seu trabalho e que o fascismo o tinha conduzido a uma vida miserável. “Só os industriais de guerra trabalhando a pleno rendimento mas pagando miseravelmente aos operários...” *República*, 6-1-1934, Boletim n.º 93, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁸⁶ No final do mês de Fevereiro de 1934, os jornais portugueses tentaram publicar diversas notícias sobre a «Marcha da Fome» realizada pelos operários ingleses a Londres para entregarem ao governo diversas reclamações. Estas notícias foram sistematicamente cortadas. Boletim n.º 99 e 100, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁸⁷ Salazar referiu em 1937 que, “uma inconcebível liberdade de imprensa em política externa, uma inacreditável desenvoltura na maneira de tratar assuntos internacionais, nações e governos estrangeiros, está aqui e além, sob os olhares resignados de governos, a cavar abismos, a falsear os factos, a aventar interpretações, a desvirtuar as intenções mais correctas, a desvairar a opinião pública. E muitas vezes sucede que a breve trecho uma questão não é já o que era mas o que um jornal fez dela, e os diplomatas gastam tempo precioso a tentar desfazer os malefícios da sua imprensa. Fazem-se e desfazem-se no papel amizades de nações, criam-se atmosferas artificiais de ódio, porventura até como meio de pressão diplomática, e já não é a primeira vez que assistimos com espanto a porem-se na base de certos compromissos, como se se estivesse em guerra, tréguas ou armistícios de imprensa. Estamos nisso.

Sob a pressão de opiniões públicas mal informadas ou pervertidas escapa das mãos dos homens de Estado a direcção dos negócios e em regimes que presumem de liberais os governos não são livres de conduzir, como conviria, a solução dos problemas da política internacional” Oliveira Salazar (1945), pp. XIV-XV.

ser preparado com a Suíça e com a França foi um dos alvos especiais da censura. Foram cortados especialmente previsões sobre o decorrer do acordo e sobre as implicações futuras que o mesmo iria trazer. Pode dar-se como exemplo a notícia d'*O Século* de 14 de Março de 1933, que enunciava o volume de vendas de vinhos licorosos portugueses e a nova reentrada de sardinhas portuguesas em França⁸⁸. Os artigos que previam cláusulas do tratado e consequências destes foram também cortados⁸⁹.

O Salazarismo ao procurar o consenso e a pacificação social, procura evitar artigos que descrevam a possibilidade de guerras futuras. Mas ao mesmo tempo censura artigos que critiquem o armamento excessivo de alguns países e a preparação que estes fazem para a guerra. Este tipo de censura era possivelmente influenciada pelo facto de os censores serem militares. A crítica ao armamento não era certamente aceite pelos militares portugueses com agrado. Foram censurados vários artigos sobre esta temática. Entre eles destacariamos os seguintes: *O Distrito de Beja* que pretendia publicar um artigo sobre “caminho da Paz”, no qual noticiava que “o governo dos E.U.A mandou construir mais 117 aeroplanos; (...) o governo da Rússia pensa adquirir um novo dirigível todo em aço; (...) o Instituto alemão informa que o número de operários empregados na Indústria de guerra e produção de armas são maiores no mundo, que em 1914”. E comentava “E aqui se vê o leitor como se caminha a passos agigantados para a almejada paz mundial”⁹⁰.

O Estado Novo embora não fosse um regime puramente capitalista, nunca deixou de ter algumas características deste sistema económico. Quaisquer ataques demasiado intransigentes ao capitalismo eram considerados inconvenientes dado que seriam fruto certamente de ideais comunistas e sindicais. Os ataques a banqueiros e à “ganância” capitalista eram sistematicamente cortados. Quando se critica a lógica de mercado do capitalismo, a censura é evidente. *A Voz da Justiça* foi censurada em 1 de Maio de 1934 ao comentar a redução da produção de trigo dos E.U.A.” Não compreendemos como se queira reduzir a produção mundial de trigo, quando é certo existirem milhões de indivíduos sem o alimento indispensável ao seu sustento.

⁸⁸ *O Século*, 14-03-1934, Boletim n.º 101, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20. Informações que previam o fim das negociações eram também censuradas.

⁸⁹ *O Século* tentou publicar um telegrama no qual anunciava que estavam “prestes a resolver-se as últimas dificuldades relativas ao Vinho do Pôrto”. *O Século* (O mesmo corte em todos os diários), 8-03-1934, Boletim n.º 100, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

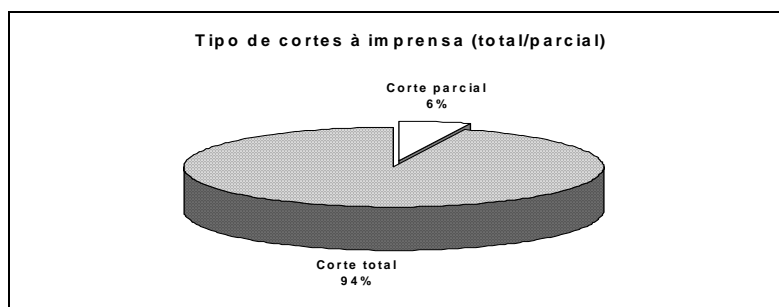
⁹⁰ *O Distrito de Beja*, 9-3-1934, Boletim n.º 100, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

Fazer uma distribuição mais equitativa ainda se compreendia, mas querer baixar a produção, é que, com franqueza, não, compreendemos”⁹¹.

Os artigos referindo-se à acção dos partidos socialistas foram cortados, como por exemplo a nova orientação do partido socialista belga⁹², ou a união de três partidos socialistas no Canadá⁹³. Também foi cortada a divulgação dos ideais socialistas de vida comunitária, sem propriedade privada⁹⁴ e as exortações à união dos socialistas para a “criação de uma frente única de todas as forças anti-capitalistas...”⁹⁵.

Os serviços de Censura cortaram ainda diversas temáticas. Entre elas podemos destacar os artigos antinacionalistas, pró-monárquicos e antiditaduras (veja-se o gráfico VII).

Gráfico VIII



8. Tipos de cortes à imprensa

Os cortes que a censura fazia nas notícias podiam ser totais ou parciais. Como se pode verificar no gráfico VIII, 94% dos cortes eram totais, sendo apenas 6% os parciais. Os cortes parciais eram feitos maioritariamente nos

⁹¹ *A Voz da Justiça*, 1-5-1934, Boletim n.º 108, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁹² *República*, 30-1-1934, Boletim n.º 92, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

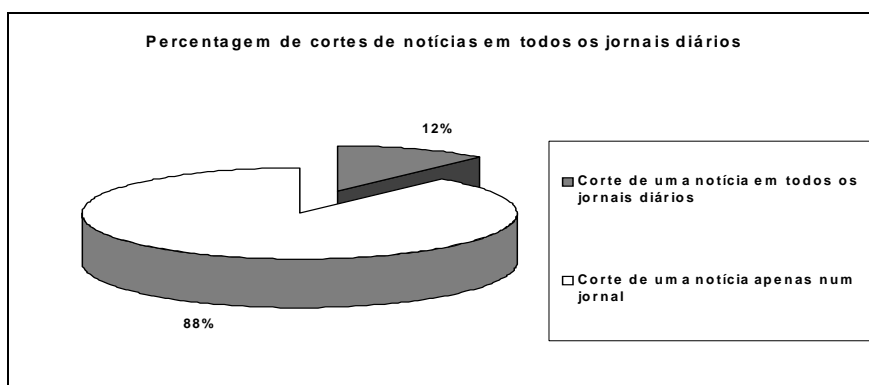
⁹³ *República*, 4-1-1934, Boletim n.º 93, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁹⁴ O jornal *O Raio* num éco pretendia enaltecer “a vida social na Ilha da Ascensão onde se pratica o verdadeiro socialismo sem propriedade privada”. *O Raio*, 14-1-1934, Boletim n.º 95, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

⁹⁵ *República*, 4-1-1934, Boletim n.º 93, Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, ANTT, maço 467, caixa 20.

jornais da “situação”, enquanto que se usava frequentemente o corte total como medida de castigo para os jornais contrários ao Estado Novo⁹⁶.

Gráfico IX



Podemos verificar no Gráfico IX, que há uma percentagem de 12% de notícias cortadas em todos os jornais diários. Estes artigos referiam-se principalmente a factos ocorridos recentemente e que eram noticiados por todos os jornais. Eram notícias conjunturais que os jornais da “situação” ou contra a “situação” tentavam publicar.

Podemos agrupar estas notícias em 4 grupos. Nomeadamente por ordem decrescente de importância:

- a) Soviética/comunista;
- b) Revoltas/atentados;
- c) Acordos comerciais;
- d) Defesa dos ideais operários.

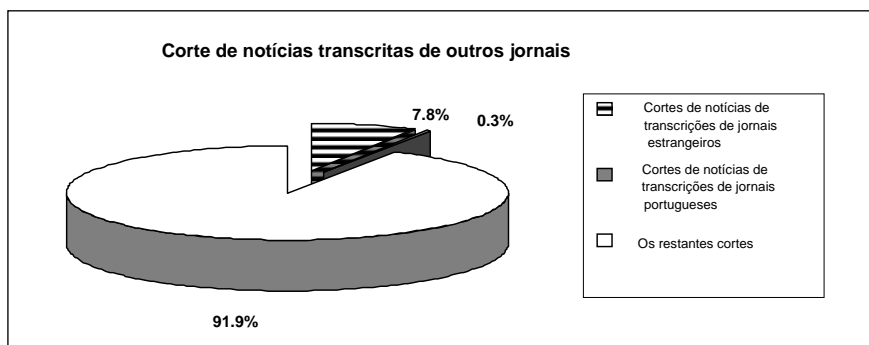
9. Corte de notícias transcritas de outros jornais e os jornalistas mais censurados

Havia um elevado número de cortes de notícias de transcrições de jornais estrangeiros, como se pode verificar no Gráfico X. Estes cortes tratavam de assuntos diversificados, como a defesa da Democracia contra o Fascismo e o Nazismo. Os jornais citados eram na sua quase totalidade oriundos da França e também, embora em menor número, da Bélgica, Inglaterra e Espanha. Ao transcreverem notícias de outros jornais europeus os jornalistas queriam transmitir credibilidade à informação, tentando assim ultrapassar a

⁹⁶O jornal *O Raio* tem nas notícias analisadas sempre “corte total”.

barreira da censura. Porém, como se pode comprovar, ela nem sempre era ultrapassável.

Gráfico X



O aparecimento de cortes de notícias de transcrições de jornais portugueses, pode levar-nos a pensar que haveria descuido dos censores que deixavam passar uma vez determinada notícia, mas na segunda vez esta era censurada. Pode ainda indicar que havia tratamento diferenciado de jornal para jornal, sendo permitidas algumas notícias nos órgãos próximos do Salazarismo que não eram toleradas nos considerados de oposição⁹⁷.

O mesmo acontecia em relação aos jornalistas, tendo alguns, uma atenção especial dos serviços de censura. O jornalista mais censurado era o director do jornal *República*, Joaquim Ribeiro de Carvalho⁹⁸, com 18 artigos censurados. Esse velho republicano tratava em especial da situação espanhola nas suas crónicas, criticando frequentemente o governo de Alejandro Lerroux por ter-se aliado à direita. Defendia a união das “Esquerdas em Espanha”.

⁹⁷ Os jornais portugueses citados foram *O Povo* do Funchal, o *Diário de Notícias* e *A Voz*. O primeiro por ser um jornal de província, poder-se-á pensar que teria sido uma desatenção dos serviços de censura, já os outros dois jornais lisboetas, estavam claramente próximos do regime. Pelo contrário, os jornais que transcreveram as notícias eram claramente contrários à situação e viram a sua intenção ser bloqueada (*O Raio*, *A Voz da Justiça*, *A República*). Cf., Alberto Arons de Carvalho; et al (1971), p. 246.

⁹⁸ Sobre a biografia de Joaquim Ribeiro de Carvalho veja-se A. H. de Oliveira Marques, (2000), p. 153.

10. Conclusão

O quadro normativo pelo qual a “censura” se regia era pouco objectivo, o que dava uma grande margem de manobra aos Serviços de Censura na sua actuação. Face à flexibilidade do quadro normativo e a alguma arbitrariedade e discricionariedade dos censores, a política governamental hierarquizada e centralizada por Oliveira Salazar era fundamental na orientação e homogeneização dos serviços de censura, que tinham uma estrutura exclusivamente militar. A política governamental para a censura tinha um grau de plasticidade e de adaptação à realidade rápida e eficaz, era pragmática, indo ao encontro de uma ideia central do regime “saber durar”. Os Serviços de Censura desempenharam um papel fundamental no controlo da opinião pública e na homogeneização do pensamento das massas, fornecendo ao mesmo tempo importantes informações ao governo sobre a situação real do país.

O sistema censório português premiava os jornais próximos do regime que tinham menos notícias censuradas, menos atrasos de publicação e mais anúncios governamentais, permitindo-lhes ter uma situação económica mais próspera. Pelo contrário, os jornais adversos ao Salazarismo tinham mais notícias censuradas, mais atrasos na publicação, mais suspensões e multas, originando o fim de muitos deles, não por ordem directa dos serviços de censura, mas por asfixia económica. Os jornalistas viam-se a todo o momento confrontados não só com a censura prévia dos serviços governamentais, mas com a censura paralela das chefias dos jornais e até com a sua própria auto-censura, uma vez que tinham de colocar a todo o momento a seguinte questão: “será que *eles* deixam passar isto?”⁹⁹.

Através da censura das notícias internacionais podemos constatar qual era a política do Estado Novo face aos problemas internacionais e face à política em geral:

- a) Defesa dos ideais autoritários que o aproximava dos regimes fascista e nazi, no entanto é claro o afastamento da tendência totalitária deste último;
- b) Atenção muito especial à evolução do regime espanhol, pela importância que poderia ter na evolução do Estado Novo;
- c) Crítica cerrada ao regime soviético e à ideologia comunista;
- d) Afastamento claro dos ideais democráticos, socialistas e operários;
- e) Defesa da “política para uma elite”, já que seria vedada à opinião pública o conhecimento do evoluir dos acordos internacionais, das ameaças de guerra e das situações revolucionárias. Procurava-se a «paz social» e o adormecimento das tensões sociais.

A política de informação em relação aos temas internacionais desempenhava, no período estudado, ainda um papel secundário. Estava depen-

⁹⁹ Cf., Cândido de Azevedo, (1999), pp. 65-72.

dente da política interna e mostrava por vezes dificuldade em definir objectivos concretos de uma política a seguir. A atenção da censura concentrava-se fundamentalmente nos problemas internos do país, tentando mostrar uma sociedade despolitizada, pacificada, despojada de contradições e de dificuldades, contribuindo assim para a manutenção do consenso social¹⁰⁰.

Fontes

1. Não publicadas

Arquivo Nacional Torre do Tombo, (Lisboa) – Arquivo Geral do Ministério do Interior – Gabinete do Ministro: Maços, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472.

2. Impressas

2.1. Imprensa

República (1933-1935);

Diário de Notícias (1933-1935);

O Diabo (1933-1935);

Diário de Lisboa (1933-1935);

A Voz (1933-1935);

Novidades (1933-1935);

2.2. Livros

Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, (1980), *A política de informação no regime fascista*, 2 vols., Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.

SALAZAR, Oliveira, (1939), *Discursos (1928-1934)*, 3.^a edição, Coimbra, Coimbra Editora.

SALAZAR, Oliveira, (1945), *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, 2.^a edição, Coimbra, Coimbra Editora.

¹⁰⁰Cf., Cândido de Azevedo, (1999), pp. 24-25; Irene Flunser Pimentel, (2007), pp. 33-71.

Bibliografia

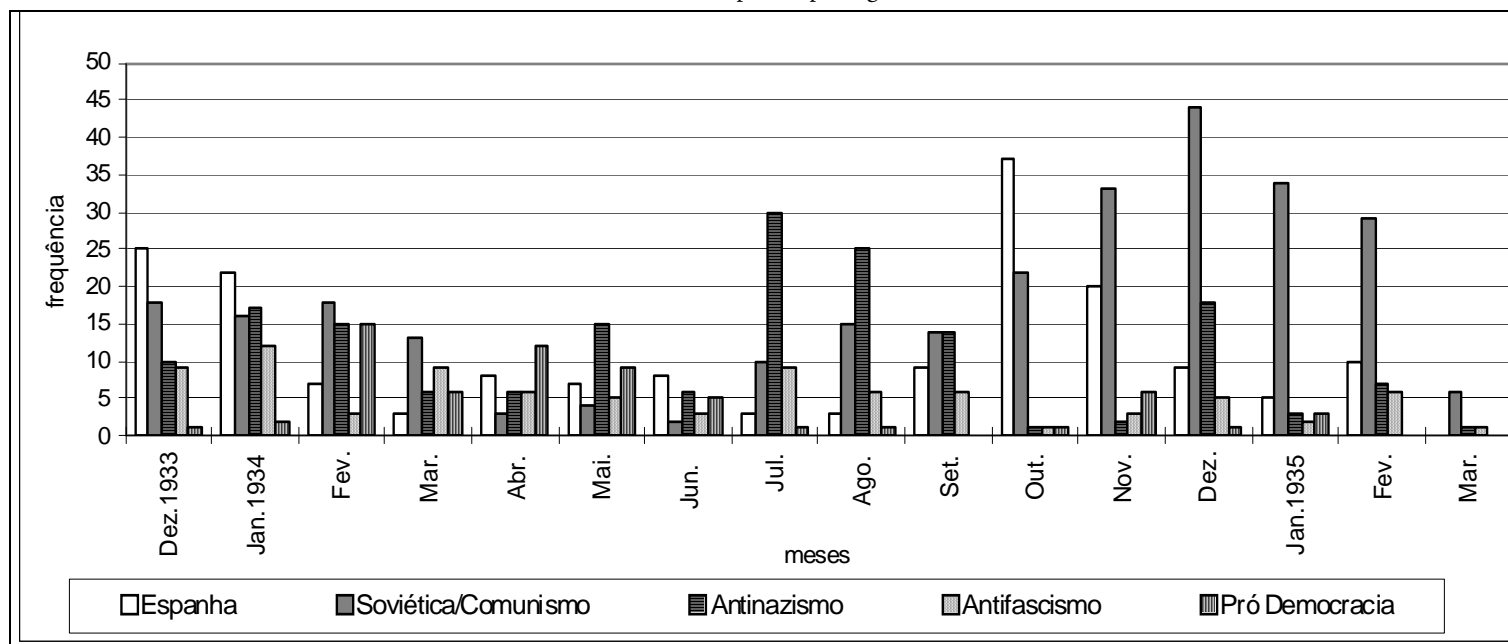
- AA.VV., *Livros Proibidos no Estado Novo*, 2.º Edição, Assembleia da República, Lisboa, 2005
- AZEVEDO, Cândido de, (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Editorial Caminho, Lisboa.
- BARROS, Júlia Leitão de, (2000), “A Censura em Portugal (1933-1945). Um instrumento para a manutenção do poder” in *História*, n.º 23, ano XXII (III série), Março, pp. 46-55.
- CARVALHO, Alberto Arons de; CARDOSO, António Manuel Monteiro, (1971), *Da Liberdade de Imprensa*, Editora Meridiano Limitada, Fundação.
- CARVALHO, Alberto Arons de, (1973), *A censura e as leis de imprensa*, Seara Nova.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste, (1978), *Histoire Diplomatique de 1919 à nos jours*, Dallos, Paris.
- (1991), *Europa de 1815 a nuestros días*, ed. Labor, Barcelona.
- ESTEVES, Henrique Nuno Heliodoro, (2005), *Chicotes com gatilho, peixes-fracos e censura literária no Estado Novo*, Mestrado em Teoria da Literatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FARINHA, Luís, (1995), “1931: a ditadura e o ‘perigo espanhol’”, in *História*, ano XVIII (nova série), n.º 15, Dezembro, pp. 4-13.
- FARIA, Telmo Daniel, (1995), “O Comunismo: um Anátema Estado-Novista”, in *Revista de História das ideias*, Coimbra, vol. 17, pp. 229-261.
- FERNADEZ CLEMENTE, Eloy, (1982), “La Dictadura de Primo de Rivera y la prensa”, in AA.VV., *Metodología de la historia de la prensa española*, Siglo XXI, Madrid.
- FERREIRA, José Medeiros, (1989), *Um Século de Problemas. As relações luso-espanholas da união ibérica à comunidade europeia*, ed. Livros Horizonte, Lisboa.
- (1993), “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”, in *Política Internacional*, Lisboa, Vol. I, N.º 6, pp. 113-156.
- FORTE, Isabel, (2000), *A Censura de Salazar no Jornal de Notícias*, Coimbra, Minerva.
- FRANCO, Graça, (1993), *A censura à imprensa (1820-1974)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- GOMES, Joaquim António Cardoso Fialho, (1997), *A Censura na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1939): estrutura e pessoal político*, 2 vols., dissertação de mestrado, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

- KUIN, Simon, (1993), “O braço longo do Mussolini: Os ‘Comitadi d’Azione per l’Universalità di Roma’ em Portugal (1933-1937)”, in *Penélope, Fazer e desfazer a História*, ed. Cosmos, n.º 11.
- LAZO, Alfonso, (1985), “La recepción del fascismo en la prensa sevillana (1939-1945)”, in *Revista de História Contemporânea*, Departamento de História de España Moderna y Contemporánea de la Universidad de Sevilla, Sevilla.
- LOPES, Norberto, (1975), *Visado pela Censura*, Lisboa, Editorial Aster.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, (2000), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ó, Jorge Ramos do, (1993), O dispositivo cultural nos anos da “Política do Espírito” (1933-1949): Ideologia, instituições, agentes e práticas, dissertação de mestrado, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.
- (1996), “Censura” in Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito, (Dir. de), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 139-141.
- OLIVEIRA, César, (s/d), *Portugal e a II República de Espanha 1931-1936*, ed. Perspectivas & realidades, Lisboa.
- (1987), *Salazar e a guerra civil de Espanha*, ed. O jornal, Lisboa.
- (1989), “Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932-1968”, in A.A.V.V., *Salazar e o Salazarismo*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- (1991), *Salazar e o seu tempo*, ed. O jornal, Lisboa.
- (1995), Cem anos nas relações Luso-Espanholas. Política e Economia, Edições Cosmos, Lisboa.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, (1989), “A guerra vista através da Imprensa Portuguesa”, in *Portugal na segunda guerra mundial*, publicações Dom Quixote, Lisboa.
- PARDAL, Ulisses Vaz, (1978), *Tempos de Censura à Imprensa*, Edição do Autor.
- PIMENTEL, Irene Flunser, (1995), “A presença do fascismo italiano em Portugal 1926-1943”, in *História*, ano XVII (nova série), n.º 4, Janeiro, pp. 14-25.
- (2007), “A censura” in João Madeira, (Coord.), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*, Lisboa, Esfera dos Livros, pp. 33-71.
- PROÊNÇA, António Tavares, (1992), *A censura durante o «Estado Novo» e a sua execução: A imprensa periódica na região tradicional, histórica e cultural da «Beira Baixa», segundo os documentos existentes no «Arquivo da Censura»*, Tese de Mestrado FCSH/UNL, Lisboa.
- PRÍNCIPE, César, (1979), *Os Segredos da Censura*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Caminho.

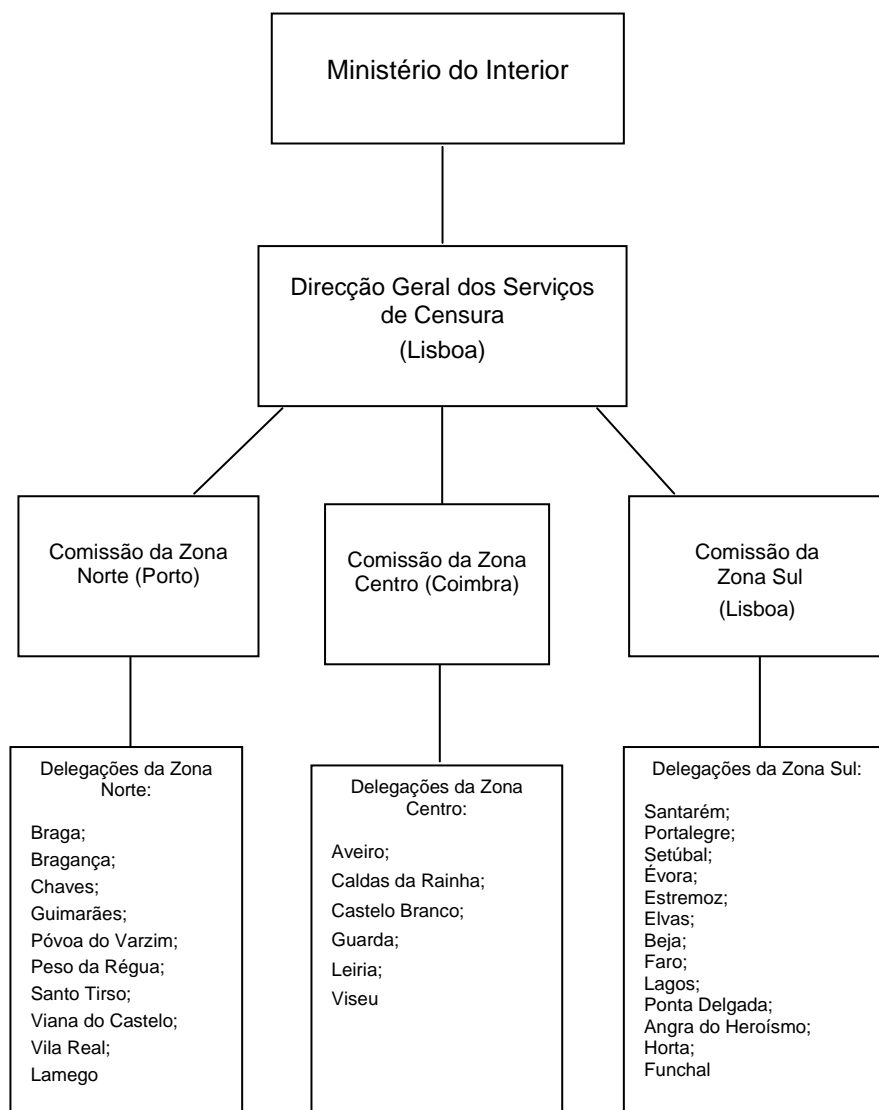
- ROSAS, Fernando, (1988), “O Diário de Notícias no deflagrar da segunda guerra. Um aliadofilismo discreto”, in *O Salazarismo e a aliança Luso-Britânica*, ed. Fragmentos, Lisboa.
- (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SARDICA, José Miguel, (2006), “A Guerra Civil de Espanha e a política de imprensa Franquista”, in *História*, n.º 92, Ano XXIX, III série, Dezembro, pp. 36-43.
- SEMOLINOS, Mercedes, (1985), *Hitler y la prensa de la II República Española*, Siglo XXI, Madrid.
- TELO, António José; TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, (2000), *Portugal e Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos.

Anexo I

Temáticas internacionais censuradas na imprensa portuguesa (Dez. 1933 a Mar. 1935)



Anexo II
Organograma dos Serviços de Censura em Portugal (1933)¹⁰¹



¹⁰¹ Fontes: António Tavares Proença, (1992), p. 82; Joaquim António Cardoso Fialho Gomes (1997), pp. 54-56.